



ACÓRDÃO Nº767/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11866/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Educação – Semed.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Júlia Gabriela Trindade de Melo – OAB/AM 8074.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 257/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Secretaria Municipal de Educação – Semed, de responsabilidade da **Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, Secretária Municipal de Educação e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação à Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretária Municipal de Educação e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE.

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



ACÓRDÃO Nº767/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.1. Esclarecer a inscrição de um montante vultoso em Restos a Pagar, considerando que não existe saldo financeiro para sua quitação, podendo inclusive prejudicar o orçamento posterior;

10.3.2. Encaminhar os comprovantes de quitações das despesas discriminadas, considerando que foram deixados em Restos a Pagar, e que no entender da CI, deveriam ser pagos antes do encerramento do exercício, pois se trata de vencimento, gratificações e 13º salário;

10.3.3. Esclarecer o pagamento de Multas e Juros relativos aos recolhimentos ao INSS e Manausprev, conforme constatado na movimentação contábil e financeira da Semed;

10.3.4. Ausência de realização de Processo Licitatório;

10.3.5. Esclarecer por que no Projeto Básico não consta quantidade de alunos contemplados; quais as escolas beneficiadas, logísticas de entrega, o acompanhamento de nutricionista para o preparo da Refeição, e ainda qual tipo de alimentação (cardápio) diário;

10.3.6. Não foi encontrado o fiscal de contrato acompanhando a realização dos serviços;

10.3.7. Ausência de encaminhamento dos documentos que comprovem a realização dos serviços, (comprovação das instalações, e, atuação do fiscal comprovando o serviço);

10.3.8. Esclarecer, o embasamento legal para renovar por 36 meses, além da necessidade desse tempo demasiadamente longo;

10.3.9. Esclarecer como é realizada a comprovação dos serviços e materiais usados nessas manutenções, encaminhando ainda documentos como Mapas, Relatórios com a comprovação dos serviços;

10.3.10. Encaminhar documentos que comprovem os serviços realizados (quantitativos de serviços realizados, com o acompanhamento do fiscal de Contrato), como planilhas solicitação e conclusão de serviços;

10.3.11. Esclarecer a ausência de datas nos recibos da empresa que dá plena e total quitação das Notas Fiscais nº 117, 118, 600, 628, 633 e 641; explicar a ausência do pagamento da Nota Fiscal nº 641, de 01/10/2015 uma vez que consta o atesto de recebimento do objeto pela comissão responsável, datado de 07/10/2015, bem como havia saldo relativo à Nota de Empenho Nº 2015NE00705;



ACÓRDÃO Nº767/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.12. Ausência do documento que conste o aceite da empresa em fornecer o objeto do pregão nº 239/2014, em resposta a Notificação nº 017/2015, datada de 26/01/2015;

10.3.13. Justificar os motivos que fundamentaram a parceria com o Instituto Ayrton Senna para a implementação das melhorias educacionais, bem como as razões que respaldaram a aquisição dos livros por contratação direta com a Editora Global;

10.3.14. Esclarecer a que se refere a Nota Fiscal nº 77.369, emitida pela Editora Global em 16/01/2015, uma vez que constam 10 itens também contemplados na Nota Fiscal nº 79.645, emitida em 04/03/2015;

10.3.15. Apresentar comprovação de empenho, liquidação e pagamento, bem como a forma com que a Secretaria procedeu a distribuição dos livros e quais resultados alcançados com a aquisição;

10.3.16. Em relação às 17 infrações de trânsito encontradas em consulta realizada no site do Detran/AM, conforme demonstrado na planilha, apresentar listagem dos condutores responsáveis pelas irregularidades, bem como os comprovantes que atestem que os pagamentos das multas foram realizados às suas expensas;

10.3.17. Sobre os veículos disponibilizados, explicar a utilização de veículos com capacidade mínima inferior à licitada, qual seja, 44 passageiros, bem como com potência mínima do motor inferior à licitada, que seria de 230 CV, conforme verificado nos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos;

10.3.18. No que diz respeito aos aspectos formais do processo, explicar: A divergência encontrada entre a apresentação da Relação para Cotação de Preços Nº 108/2015 e a Planilha Comparativa de Preços Nº 080/2015, cujo serviço previa veículos com fabricação a partir de 2013, e o 4º Termo Aditivo que fora assinado tendo por objeto ônibus a partir de 2007;

10.3.19. Ausência da retificação do Extrato do 4º Termo Aditivo que foi publicado em 18/08/2015, DOM 3713, com incorreção no que se refere a quantidade: 5 veículos quando na realizado seriam 25;

10.3.20. Ausência, nos autos, das Portarias que instituíram as Comissões de Recebimento responsáveis por acompanhar a execução do contrato, durante sua vigência, incluído o período compreendido pelos Termos Aditivos;



ACÓRDÃO Nº767/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.21. Ausência de designação formal do fiscal do referido contrato; Manifestação sobre as irregularidades de trânsito apontadas e as providências adotadas em caráter preventivo e corretivo para assegurar a integridade dos alunos; Documentos que comprovem a sua atuação no sentido de comunicar ao superior da pasta a disponibilização, por parte da contratada, de veículos com características inferiores ao licitado;

10.3.22. Ausência de justificativas sobre a Comissão de Atesto e Recebimento instituída pela Portaria Nº 0744/2014-SEMED/GS, formada pelos servidores Ruth Salgado Nere, Leís da Silva Batista, Orlângia Rodrigues Vilaça e Jerry Mesquita Maquiné, que teria vigência até 03/05/2015, não ter atestado em conjunto com a comissão que a sucedeu, a Nota Fiscal 1116 relativa ao período que era de sua competência, ou seja, de 26/04 a 03/05; Justificativas sobre a Comissão mencionada no subitem anterior ter atestado o Quadro de Controle de Utilização referente ao período de 26/04 a 30/04, somente em 28/08/15; Justificativas sobre a Comissão de Atesto e Recebimento instituída pela Portaria Nº 0172/2015-SEMED/GS, formada pelas servidoras Gilmara Frazão de Brito, Mônica de Jesus Teixeira da Silva e Simone Figueiredo da Costa e Neuzilene de Castro Marinho, que teria vigência a contar de 04/05/2015 ter atestado a Nota Fiscal 1062 e o Quadro de Controle de Utilização, cujo período referia-se ao período de 01/04 a 25/04; Justificativas sobre a Comissão mencionada no subitem anterior ter atestado o Quadro de Controle de Utilização referente aos meses de maio, junho e julho, somente em 28/08/15; Justificativas sobre a Comissão mencionada no subitem anterior ter atestado o Quadro de Controle de Utilização referente aos meses de novembro e dezembro, sem mencionar a data da verificação;

10.3.23. Atesto incompletos, com ausência da data do atesto dos serviços pela Comissão de Recebimento de Serviços em Geral, no devido pagamento da NF-e 2568;

10.3.24. Ausência de cláusula determinando um fiscal do contrato;

10.3.25. Atraso na publicação do Extrato do Termo de Contrato nº 008/15, de 24/03/2015, efetivada apenas no DOM Edição 3645, de 12/05/2015;

10.3.26. Atraso na publicação do Extrato do Primeiro Termo de Contrato nº 058/15, de 30/09/2015, efetivada apenas no DOM Edição 3645, de 18/11/2015. Termo Aditivo firmado sem o decréscimo do valor solicitado pela Semed e aprovado pela PGM através do Parecer nº 402/2015 PA/PGM;



ACÓRDÃO Nº767/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.27. Ausência de documentos que comprovem o acompanhamento do Contrato e seus Aditivos, quanto a execução dos serviços realizados dos mesmos ao Responsável pelo Órgão (art. 67º da Lei nº 8.666/93);

10.3.28. Descumprimento do Decreto nº 0998, de 02 de junho de 2011, que dispõe sobre os critérios para concessão de passagens e diárias aos servidores do Município de Manaus e dá outras providências;

10.3.29. Ausência de justificativas quanto aos abastecimentos de veículos fora dos dias e horários permitidos, quais sejam, de segunda a sexta pelo período compreendido entre 06:00 e 18:00 horas, conforme apurado através dos dados disponibilizados pelo sistema de gerenciamento Vale Card, contrariando as normas e procedimentos para a circulação de veículos oficiais previstos no art. 9º, inciso II do Decreto nº. 0610 de 26/07/10;

10.3.30. Ausência de justificativas para os abastecimentos realizados acima da capacidade do veículo, conforme apurado através dos dados disponibilizados pelo sistema de gerenciamento Vale Card;

10.3.31. Ausência de apresentação da listagem de multas vinculadas aos veículos à disposição da Semed, identificando se os mesmos são próprios ou locados, bem como o condutor e o responsável pelo pagamento da penalidade, evidenciando a obediência ao estabelecido nos respectivos contratos de locação ou, no que couber, aos artigos 5º a 7º, da Portaria nº 353/2010-Semad;

10.3.32. Ausência de encaminhamento dos documentos que comprovem a entrada e saída dos materiais abaixo, considerando que não foi encontrado no Setor de Almoxarifado esses documentos, encaminhando ainda locais onde foram usados tais materiais.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1 Declaração de impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art 65 do Regimento Interno)

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

ACÓRDÃO Nº767/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral